



*Ministério Público da Paraíba  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça*

**Ata da 5ª sessão ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.**

Torno público que aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório “João Bosco Carneiro”, reuniu-se, ordinariamente, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça Doutora Janete Maria Ismael da Costa Macedo. Compareceram à sessão os Excelentíssimos Senhores Doutores José Roseno Neto – Corregedor-Geral do Ministério Público – José Marcos Navarro Serrano, Sônia Maria Guedes Alcoforado, Lúcia de Fátima Maia de Farias, Antônio de Pádua Torres, Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena, Doriel Veloso Gouveia, José Raimundo de Lima, Paulo Barbosa de Almeida, Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos, Marcus Vilar Souto Maior, Francisco Sagres Macedo Vieira, Nelson Antônio Cavalcante Lemos e Maria Lurdélia Diniz de A. Melo. Presente, também, o Promotor de Justiça convocado Doutor Luís Nicomedes de Figueiredo Neto, em substituição ao Procurador Alcides Orlando de Moura Jansen. Ausências justificadas das Excelentíssimas Senhoras Doutoradas: Josélia Alves de Freitas e Otanilza Nunes de Lucena e da Promotora de Justiça Maria Salete de Araújo Melo Porto convocada em substituição a Procuradora Risalva da Câmara Torres. Havendo número regimental e invocando a proteção do Divino Espírito Santo, foi aberta a sessão pela Presidente. Em seguida, instou à secretária que procedesse a leitura da ata da sessão anterior. Lida, foi aprovada, sem emendas, por unanimidade. Na fase de comunicações, inicialmente, a Presidente parabenizou o Promotor de Justiça Dr. Luis Nicomedes de Figueiredo Neto por ter tomado assento, pela primeira vez, no Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, em substituição ao Procurador de



***Ministério Público da Paraíba  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça***

Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen e desejou-lhe boas vindas. Seqüenciando, informou que esteve na reunião do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, na capital do Estado do Pará, Belém, nos dias 17 e 18 do corrente mês e ano. Prosseguindo, informou sobre alguns julgamentos do STJ e disse que alguns processos foram anulados em virtude de neles constarem os pareceres do Ministério Público, em 2º grau, sem as respostas dos apelados. Falou que o Conselho Nacional do Ministério Público vai disciplinar a matéria no sentido de que as manifestações do Ministério Público, em 2º grau, sejam feitas oralmente. Continuando, a Presidente comunicou, ainda, a repercussão espetacular da iniciativa do Seminário sobre o Bulliying Escolar e que todos parabenizaram o Ministério Público Paraibano pelo pioneirismo. Informou, também, que alguns Ministérios Públicos Estaduais estão realizando seminários sobre o assunto nos seus respectivos Estados. Seqüenciando informou sobre a resolução que está sendo elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, disciplinado a designação dos Promotores de Justiça eleitorais. Na fase de expediente, cientificou o recebimento dos expedientes: (1) - Ofício de nº. 211/2008, de 31.03.2008. subscrito pelo Coordenador da CAIMP desta Capital, Dr. Ricardo Alex Almeida Lins, encaminhando o relatório da movimentação dos Inquéritos Policiais das Promotorias de Justiça Criminais da Capital referentes ao mês de março do corrente ano; (2) – Ofício de nº 051/2008, de 1º de abril de 2008, subscrito pelo Coordenador da CAIMP Campina Grande, Dr. Joaci Juvino da Costa Silva, encaminhando o relatório da movimentação dos Inquéritos Policiais das Promotorias de Justiça Criminais da Cidade de Campina Grande referente ao mês de março do corrente ano. Por derradeiro, expôs sua preocupação a respeito da manifestação em prol da legalização da Maconha e leu para o Colegiado uma Nota Oficial do Ministério Público Estadual para ser publicada a respeito da



***Ministério Público da Paraíba  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça***

matéria. O Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, depois de muito discutir sobre o assunto, recomendou que a Procuradora–Geral não publicasse a nota a respeito da manifestação sobre a Macha da Maconha. Encerradas as comunicações da Presidente, foi dada a palavra ao Corregedor-Geral do Ministério Público. O Dr. José Roseno Neto fez as comunicações de praxe do órgão. Terminadas, pela Presidente foi facultada a palavra aos membros que se manifestaram na forma regimental. Na fase de requerimentos, foram feitas as seguintes proposituras: (a) A Dra. Sônia Maria Guedes Alcoforado requereu que fosse realizadas fiscalização nas Auto-escolas, pois foi informada de que elas conseguem carteiras de motoristas para os seus clientes, sem precisar que os mesmos façam os testes obrigatórios; (b) O Dr. Antônio de Pádua Torres requereu que fossem encaminhados aos membros relatores da Resolução que disciplina a distribuição de Processos Originários do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba duas sugestões: “(...) A primeira sugestão é referente ao art. 11, que diz que o Chefe de Gabinete remeterá, mensalmente, relatório circunstanciado dos processos que tramitarem no Gabinete do Procurador Geral de Justiça à Corregedoria-Geral do Ministério Público. A sugestão é que, como vai ficar tudo na DIAFU, esse relatório seja remetido pela DIAFU, que realmente tem o controle de todos os processos nos gabinetes e que, na medida em que o processo for saindo do gabinete, essa Diretoria vai incorporando a tramitação ao sistema. Então, é muito mais prático para a Corregedoria receber as informações já passadas pela DIAFU. Terminando o mês, é só puxar no sistema e já está ali registrado o trabalho de cada um. Esta é a primeira sugestão. A outra é que fosse incorporado à Resolução um dado, um dispositivo, que deixasse vinculado o Promotor de Justiça aos processos em que ele está atuando quando convocado. O Promotor de Justiça deve devolver o processo com o parecer mesmo que tenha cessado o



***Ministério Público da Paraíba  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça***

prazo da sua convocação. Ele fica vinculado ao feito e, mesmo que termine o período da convocação ele só encerra o trabalho quando devolver o último processo com respectivo parecer. Vamos criar um dispositivo para vincular o Promotor convocado aos processos a que ele está adstrito na convocação(...); (c) O Dr. Paulo Barbosa de Almeida requereu ao Egrégio Colegiado que fosse encaminhado à Defensoria Pública, ofício informando do relatório feito pela Corregedoria do Ministério Público sobre a situação dos presídios do Estado. Pela Presidente foram colocadas as proposituras em votação, tendo sido todas aprovadas por unanimidade. Dando continuidade, a Presidente instou à Secretaria que procedesse à leitura da(s) matéria(s) constante(s) na ordem do dia para apreciação – Item 7.1) Proposta de Resolução CPJ n. 01/2008 – Disciplina a distribuição de processos originários do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, afetos à manifestação do Ministério Público em segunda instância. Passada a palavra ao Presidente da Comissão Legislativa, o Dr. Paulo Barbosa de Almeida fez a leitura da proposta e foi aberta a discussão da matéria. O Dr. Antônio de Pádua Torres pediu um aparte e indagou a respeito do critério de distribuição dos processos para os Procuradores de Justiça. Depois de um amplo debate, do qual participaram, além da Presidente os Procuradores Antônio de Pádua Torres, Sônia Maria Guedes Alcoforado, Francisco Sagres Macedo Vieira, Álvaro C. P. Gadelha Campos, Paulo Barbosa de Almeida, Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo, o Dr. Paulo Barbosa de Almeida solicitou à Presidente que a presente proposta em apreciação fosse retirada de pauta. Pela Presidente foi retirada de pauta a Proposta de Resolução e, em seguida, solicitou a presença dos servidores Silvio Guedes dos Santos e Daniel Cavalcanti Lins Falcão do Departamento de Informática para explicar ao Colegiado o andamento do sistema de programação



***Ministério Público da Paraíba  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça***

de distribuição dos processos pela DIAFU. E nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão.

Elizabete Leônia Soares de Oliveira  
Assessora do CPJ (em exercício)